



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(CONTADORIA GERAL/1841)**

**NORMAS PARA CONTABILIZAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL
NO ÂMBITO DO COMANDO DO EXÉRCITO**

**1ª Edição
2023**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(CONTADORIA GERAL/1841)**

NORMAS PARA CONTABILIZAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL NO ÂMBITO DO COMANDO DO EXÉRCITO

**1ª Edição
2023**

(Publicado no Boletim do Exército nº 52, de 29 de dezembro de 2023)



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(CONTADORIA GERAL/1841)**

PORTARIA - SEF/C Ex Nº **257**, DE **20** DE **DEZEMBRO** DE **2023**.
EB: 64689.010854/2023-90

Aprova as Normas para Contabilizaçãodo
Passivo Atuarial no Âmbito do Comando do
Exército (EB90-N-08.011), 1ª Edição, 2023.

O **SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS**, no uso da competência conferida pelo inciso I do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, que aprova a Estrutura Regimental do Comando do Exército, de acordo com a atribuição que lhe é conferida pelo inciso VII do art. 7º do Regulamento da Secretaria de Economia e Finanças (EB10-R-08.001), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 1.571, de 11 de agosto de 2021, e conforme as informações do Processo nº 64689.010854/2023-90, resolve:

Art. 1º Ficam aprovadas as Normas para Contabilização do Passivo Atuarial no Âmbito do Comando do Exército (EB90-N-08.011), 1ª Edição, 2023.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 61-SEF, de 13 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Gen Ex SÉRGIO DA COSTA NEGRAES
Secretário de Economia e Finanças

[illegible]

NORMAS PARA CONTABILIZAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL NO ÂMBITO DO COMANDO DO EXÉRCITO**ÍNDICE DOS ASSUNTOS**

	Art.
CAPÍTULO I - DA FINALIDADE	1º
CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES	2º
CAPÍTULO III - DA ESTIMATIVA DO PASSIVO ATUARIAL.....	3º
CAPÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES.....	4º/6º
CAPÍTULO V - DA CONTABILIZAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL	7º
CAPÍTULO VI - DAS PRESCRIÇÕES FINAIS	8º/9º

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º As presentes Normas têm por finalidade atribuir, no âmbito do Comando do Exército, responsabilidades e definir os procedimentos relativos às atividades destinadas à contabilização do passivo atuarial relativo aos proventos dos militares veteranos, às pensões militares, às pensões especiais e às reparações a anistiados políticos militares.

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins destas Normas, considera-se que:

I - Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA): é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações, permanentes e interativas, de remuneração, pensão, saúde e assistência, nos termos do Estatuto dos Militares e regulamentações específicas;

II - provento: é o somatório das parcelas remuneratórias pagas, mensalmente, ao militar na inatividade remunerada e que é encargo financeiro do Tesouro Nacional;

III - pensão militar: é a importância paga, mensalmente, aos beneficiários do militar falecido ou extraviado e que é custeada com recursos provenientes da contribuição dos militares das Forças Armadas, de seus pensionistas e do Tesouro Nacional;

IV - pensão especial: é um benefício não integrante do SPSMFA, originado por políticas de Estado destinado a compensar eventuais e relevantes serviços prestados em prol dos interesses nacionais;

V - reparação a anistiado: é uma indenização não integrante do SPSMFA, originado por políticas de Estado, a fim de compensar prejuízos causados por ações do Estado;

VI - Balanço Geral da União (BGU): é uma publicação do Governo Federal, cuja finalidade é apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial da União, sendo parte integrante da Prestação de Contas do Presidente da República;

VII - provisão do passivo atuarial: é o montante de recursos necessários ao pagamento dos compromissos de benefícios futuros, calculados atuarialmente em determinada data e a valor presente; e

VIII - projeção atuarial: é uma técnica atuária destinada ao estabelecimento da estimativa anual ou fluxo projetado de receitas e despesas futuras.

CAPÍTULO III DA ESTIMATIVA DO PASSIVO ATUARIAL

Art. 3º A provisão do passivo atuarial a ser contabilizada nos termos destas Normas é estimada pelo Ministério da Defesa (MD) com base na projeção atuarial dos proventos dos militares veteranos, das pensões militares, das pensões especiais e das reparações a anistiados políticos militares.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º Cabe à Secretaria de Economia e Finanças (SEF), por intermédio da Assessoria Especial de Orçamento e Finanças (AOFin), ao receber expediente com as informações de que trata o art. 3º destas Normas, encaminhar à Diretoria de Contabilidade (D Cont) a provisão do passivo atuarial e subsídios para a elaboração das notas explicativas das provisões atuariais.

Art. 5º Cabe à D Cont, de posse da provisão do passivo atuarial, proceder à sua contabilização na Unidade Gestora (UG) 160063, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), com valorização até o dia 31 de dezembro do exercício considerado.

Parágrafo único. A contabilização de que trata o **caput** será acompanhada por notas explicativas pertinentes.

Art. 6º Cabe ao Centro de Pagamento do Exército (CPEx) consolidar e remeter, mensalmente, ao MD, as informações relativas à remuneração dos militares necessárias à estimativa da provisão do passivo atuarial que devam constar do Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais do MD (BIEG/MD), conforme normas específicas.

Parágrafo único. As informações de que trata o **caput** deverão ser estratificadas de maneira a permitir a distinção das parcelas remuneratórias permanentes dos benefícios transitórios, tais como o adicional de prestação de tarefa por tempo certo, as indenizações, o auxílio-alimentação, o auxílio-natalidade, o auxílio-transporte, a assistência pré-escolar e outros conforme legislação específica.

CAPÍTULO V DA CONTABILIZAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

Art. 7º A contabilização da provisão do passivo atuarial será realizada de acordo com os roteiros contábeis estabelecidos por Nota Técnica do MD, conforme as seguintes situações:

I - ajustes de avaliação patrimonial do passivo atuarial, a maior ou a menor, relativas à prestações futuras de benefícios já concedidos, decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes;

II - reversão de provisões relativas às prestações futuras de benefícios já concedidos, decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes;

III - constituição de provisões relativas às prestações futuras de benefícios já concedidos; e

IV - reversão de provisões relativas às prestações futuras de benefícios já concedidos.

CAPÍTULO VI DAS PRESCRIÇÕES FINAIS

Art. 8º A SEF, por intermédio da AOFin, estabelecerá canal técnico com os órgãos externos ao Comando do Exército, a fim de apoiar o processo de elaboração da projeção atuarial e do cálculo do passivo atuarial.

Parágrafo único. A D Cont e o CPEx disponibilizarão as informações necessárias ao cumprimento da atividade prevista no **caput**.

Art. 9º Os casos não previstos nestas Normas serão resolvidos pelo Secretário de Economia e Finanças.